

# O BNDES E SUA ATUAÇÃO NO PERÍODO DESENVOLVIMENTISTA: 1950-1980

Área temática: História de Empresas e História da Tecnologia

André da Silva Redivo – UFSC

*andre.redivo@gmail.com*

Silvio Antonio Ferraz Cario - UFSC

*fecario@yahoo.com.br*

Wadricia Luiza Vieira Gomes - UFSC

*wadricia@yahoo.com.br*

## RESUMO

O presente trabalho relata a atuação, através das aprovações de financiamento, do BNDES no período desenvolvimentista da economia brasileira, entre 1950 e 1980. Insere-se na discussão sobre a importância do Estado, através de Bancos de Desenvolvimento, impulsionar a dinâmica economia. Foi observado que a atuação do BNDE - até 1982 quando passa se chamar BNDES - ocorre de acordo com as necessidades apresentadas pelo desenvolvimento da infraestrutura e industrial do Brasil. Durante a década de 50, grande parte das aprovações do banco estava orientada aos setores de infraestrutura, na ordem de 88% entre 1953-1955 e 50% entre 1956-1960. É na década de 60 que as aprovações passam a ser destinadas, em grande parte, para o setor de insumos básicos, com média de 61% ao longo do período. Esta tendência se mantém na década seguinte, 1970, porém de forma mais equilibrada. É notável, também, o grande incremento das aprovações de financiamento realizadas pelo BNDE durante o II PND, quando a média anual destes recursos, entre 1974-1979, é ampliado em cinco vezes quando comparado ao período 1970-1973. Os anos 80, ou a “década perdida” marcam a entrada do BNDES no financiamento de projetos sociais, em grande parte pelos efeitos provocados pela crise do período. No tocante a orientação dos recursos, observa-se que inicialmente os recursos eram majoritariamente destinados ao setor público, sendo este fato invertido em finais da década de 60 e consolidado na de 70.

Palavras-chave: Ações do BNDES, Banco de Desenvolvimento no Brasil, Padrão de financiamento público.

## ABSTRACT

This paper describes the performance of BNDES, through the approvals of financing, in the developmental period of the Brazilian economy, between 1950 and 1980. Is part of the discussion about the importance of the State, through the Development Banks, promoting the economy's dynamic. It was observed that the performance of BNDES – until 1982 when it goes to call BNDES – occurs according to the needs presented by the development of infrastructure and industrialization in Brazil. During the 50's, most of the approvals of the bank was directed to infrastructure sectors in the order of 88% between 1953-1955 and 50% between 1956-1960. In the 60's that approvals became destined , in large part, to the basic material sector, with an average of 61% over the period. That trend has continued in the decade following 1970, but more balanced. It is remarkable, too, the large increase in funding approvals made by BNDE during the II PND, when the average of these resources between 1974-1979, is magnified by five times compared to the period 1970-1973. The 80's, or “The Lost Decade” marks the entrance of BNDES in financing of social projects, in large part, because of the effects caused by crisis period. Regarding the orientation of resources, it is observed that initially resources were used for the public sector, this fact being reversed in the late 60's and consolidated in 70's.

Keywords: Shares of BNDES in Brazil Development Bank, Standard for public funding.

## 1 INTRODUÇÃO

Merece destaque em uma economia capitalista o estudo do financiamento dos investimentos necessários ao desenvolvimento. Neste sentido entende-se a importância do investimento em setores dinamizadores da economia e que sejam necessários para a instalação de setores produtivos mais avançados. Para investimentos em setores mais a frente dinâmica econômica, necessita-se a imobilização de um grande volume de recursos e com longa maturação. Porém, nem sempre as condições de financiamento adequadas são encontradas em um país, principalmente em casos peculiares de desenvolvimento capitalista. Portanto como superar os entraves ao financiamento do desenvolvimento? A resposta encontrada por diferentes países são os Bancos de Desenvolvimento.

Os Bancos de Desenvolvimento são uma alternativa ao sistema de financiamento das inversões em infra-estrutura e indústrias essenciais ao desenvolvimento econômico. Países como Coreia do Sul, Brasil, Turquia e Japão são exemplos de países que adotaram esse sistema de financiamento das suas estratégias. No caso brasileiro, o BNDES surge da necessidade de internalizar o financiamento de infra-estrutura e de indústrias essenciais, em face da ideologia desenvolvimentista, que estava vinculada ao processo de industrialização.

Na observação da história do desenvolvimento econômico do Brasil verifica-se que há uma deficiência no que diz respeito ao padrão de financiamento do desenvolvimento. A análise temporal permite compreender a evolução do processo de acumulação, que tem início no bojo do desenvolvimento do complexo agro-cafeeiro ao nascimento e consolidação da industrialização. Com o passar das décadas, o processo industrial se consolida e passa a ser o foco das ações de Estado como parte constitutiva desta estrutura produtiva. Contudo, sempre perseguido por problemas da baixa acumulação de capital e conseqüentemente da inadequação do volume de recursos disponíveis ao financiamento das demandas industriais.

Com o passar dos anos e com a evolução da economia, novos avanços são feitos na industrialização do país. O Estado assume a responsabilidade de viabilizar a infra-estrutura adequada e também a produzir os insumos básicos requeridos pela indústria, enquanto os capitais nacional e multinacional inserem-se na indústria produtora de bens de consumo não-duráveis, duráveis e de capital. Neste processo, conjugaram-se a baixa capacidade de financiamento doméstica e a captação de recursos externo junto a instituições financeiras privadas e multilaterais de promoção do desenvolvimento.

Neste contexto figura o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), fundado em 1952, com o nome de BNDE (o “s” de social foi acrescentado em

1982). Ao longo do período 1950-1980, o BNDES teve sua atuação voltada para financiamentos essenciais para projetos de desenvolvimento infra-estrutural e industrial. Na década de sua fundação, os principais investimentos eram na área de infra-estrutura (energia, transportes, comunicação) mudando seu foco após meados da década seguinte, quando passa a destacar investimentos em áreas industriais produtoras de insumos básicos (siderurgia, químicos, metalurgia). Durante a década de 80, o banco também passa a atender projetos sociais, dado o aumento da desigualdade durante este período.

Nestes termos, o presente texto busca discutir a atuação do BNDES, como agente financiador de longo prazo da economia brasileira durante o período desenvolvimentista, desde sua fundação, no início dos anos 50 até início da década de 80. Argumenta-se que a atuação desta instituição financeira foi de grande importância no financiamento de setores infra-estruturais e industriais da economia brasileira. Para tanto, este trabalho está dividido em 4 seções. Nesta 1ª. seção destaca-se o seu objetivo; na 2ª. seção apresentam-se os conceitos teóricos que evidenciam a importância de um Banco de Desenvolvimento; na 3ª. seção apresenta-se a atuação do BNDES no período desenvolvimentista – 1950 até 1980; na 4ª. e última seção faz-se a conclusão do trabalho.

## **2 INVESTIMENTO, FINANCIAMENTO E BANCOS DE DESENVOLVIMENTO: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA SOBRE O BNDES**

### **2.1 Investimento e Financiamento do Desenvolvimento**

O processo de desenvolvimento capitalista está associado ao problema de acumulação de capital e ao destino que esse capital assume. Neste sentido, explicita-se que a evolução de uma capitalista, em sua forma material, necessita de duas condições:

Em primeiro lugar, que os agentes privados estejam confiantes quanto à realização de lucros futuros a ponto de se tornarem dispostos a empreender novos investimentos produtivos. Em poucas palavras, que haja predisposição para investir. Em segundo lugar, para que o investimento se concretize, é necessário que ele não seja obstaculizado por problemas de financiamento. Ou seja, os investidores devem ter à sua disposição mecanismos adequados de financiamento. (BAER, Mônica. 1993, p.6)

Como observado a concepção Keynesiana de Baer (1993), feita na exposição acima a questão do investimento, ou da disposição de realizá-lo, está associada à questão do financiamento deste. Portanto, a investigação do processo de desenvolvimento em uma economia de capitalismo tardio deve compreender como se dá o processo de financiamento dos investimentos dentro dessa especificidade.

Dentro de uma visão do desenvolvimento econômico, da macroeconomia heterodoxa clássica, três grandes autores permitem uma compreensão do fenômeno estudado: Kalecki, Schumpeter e Keynes. A visão heterodoxa é vista como a mais adequada neste estudo, pois desconsideram o determinismo das teorias neoclássicas sobre a questão e que simplificam a questão do investimento. Este seria igual a poupança disponível, dependendo da intermediação de um sistema bancário entre os que poupam e os que investem.

Como exposto por Keynes, na Teoria Geral, a questão não é tão simples. A citação de Baer (1993) mostra que se deve levar em consideração a disposição de investimento do agente econômico, exposto por Keynes como a eficiência marginal do capital.

Quanto a relação entre poupança e investimento cabe destacar que Keynes a inverte, sendo que era até então estabelecida pelo corpo neoclássico a poupança determinando o investimento. Na Teoria Geral, Keynes afirma que a poupança é um resíduo da renda, que por sua vez é determinada pelas decisões de consumo e investimento. Portanto “Assim sendo, nenhum ato de investimento, por si, mesmo, pode deixar de determinar que o resíduo ou margem, a que chamamos de poupança, aumente numa quantidade equivalente.” (KEYNES, 1983, p.53)

No tocante ao uso da moeda para investimento, Keynes destaca as categorias *Finance e Funding* (FERREIRA, 1995). A questão do *Finance* está relacionada a demanda por liquidez dos agentes financeiros responsáveis pelo crédito aos investimentos, os Bancos. Assim, existe a possibilidade de investimentos necessários em setores produtivos sejam inviabilizados por objetivos de liquidez dos investidores.

Como reação a esta possibilidade, Keynes afirma ser necessário haver uma estrutura de financiamento de longo prazo, ou seja, o *Funding*. Este tem uma diferença quanto ao *Finance*, por ter uma estrutura de longo prazo com custos menores. Portanto, Keynes reforça o papel do financiamento de investimentos na economia através de uma fonte que esteja livre das flutuações da demanda por liquidez dos agentes financeiros (FERREIRA, 1995).

Em relação à mobilização da poupança, Maria da Conceição Tavares (1975, p.127) afirma que “... importa muito menos o volume de poupança *ex ante* que as possibilidades de torná-lo efetivo...”. Portanto o investimento que aqui se trata é o investimento capaz de transformar uma economia, ou seja, de desenvolver uma economia de capitalismo tardio.

Schumpeter constitui outro autor a se preocupar com os fatores que promovem o desenvolvimento. Além do empresário inovador, com sua experiência, perspicácia, habilidade e astúcia na promoção de inovações, destaca-se também o papel desempenhado pelo capitalista, sendo este o responsável pelo fornecimento de crédito para que se promovam

inovações. O crédito possibilita poder de compra ao empresário e este pode utilizá-lo para financiar a promoção de mudanças. Nesta perspectiva, ocorre a junção do investidor e do financiador, destacados nas categorias schumpeterianas, como promovedores de etapa superior do desenvolvimento capitalista.

A importância do investimento inovativo, é bastante destacada por Schumpeter (1982), sendo o processo de mudança extremamente importante para o desenvolvimento econômico. O processo cumulativo gerado pelo efeito da inovação se alastra por diferentes setores da economia, seja direta ou indiretamente. Uma inovação tem a capacidade de gerar um *boom*, levando a um incremento do produto da economia e eliminando setores atrasados em relação a nova dinâmica econômica. O movimento descrito afeta o processo de acumulação e, por consequência, o próprio sistema de crédito. Mesmo havendo as fases de recessão novas inovações ocorrem, levando a novos períodos de expansão da produção e da técnica.

Kalecki (1983, p.136) considera que o problema mais elementar em economias de capitalismo tardio, por ele chamados de subdesenvolvidos, é o investimento. Segundo o autor o objetivo do investimento seria o de “acelerar a expansão da capacidade produtiva indispensável para o rápido crescimento da renda nacional”.

O problema do investimento também é tratado pela ótica de insuficiência do setor privado em economias subdesenvolvidas em atender as necessidades de financiamento. Desta forma a necessidade de intervenção governamental é destacada por Kalecki (1983), como forma de alcançar o volume de investimentos necessários ao desenvolvimento.

O investimento e o financiamento para o desenvolvimento são de grande importância para o processo de desenvolvimento econômico. E como se dá o processo de financiamento em economias com baixa propensão ao investimento e ao fornecimento de crédito? Aqui está a importância dos Bancos de Desenvolvimento no processo de acumulação, por meio da atuação do Estado.

## **2.2 Bancos Públicos e Financiamento do Desenvolvimento: os Bancos de Desenvolvimento**

Uma das formas mais específicas de atuação estatal para a indução do desenvolvimento é através de Bancos constituídos com este propósito. A expansão dos Bancos de Desenvolvimento ocorre no pós-guerra, em um momento que emergem teorias desenvolvimentistas como as da CEPAL. Evidencia-se que deve haver uma atuação do Estado para superar a condição de subdesenvolvimento, o que se daria por meio de criação de

instrumentos de financiamento. É neste cenário que surgem os primeiros Bancos de Desenvolvimento (ARAÚJO, 2007).

Como visto, os Bancos de Desenvolvimento são um tipo de arranjo institucional que objetivam superar as deficiências de financiamento de longo prazo, sobretudo a setores que não possuem condições favoráveis de financiamento no setor privado. Exemplos de países que estabeleceram esse tipo de instituição em suas estratégias de desenvolvimento são: México, Japão, Coréia e Turquia, além do Brasil (ARAÚJO *et alli*, 2010).

Segundo Barker (1990) “Há essencialmente um ‘*gap* financeiro’ ou uma assimetria entre os fundos para investimentos necessários e os que estão disponíveis.” Cabe destacar que estas instituições de crédito – os Bancos de Desenvolvimento - priorizam setores que apresentam maior impacto sobre o desenvolvimento econômico. Como a ideologia industrializante cresceu *pari passu* com os Bancos de Desenvolvimento, os primeiros esforços destes foi o de dotar países em desenvolvimento de capacidade industrial.

A estrutura de financiamento dos Bancos de Desenvolvimento difere de um país ao outro. Nos caso japonês e coreano, se destaca a emissão monetária como principal fonte de recursos, quando dos surtos de crescimento industrial desses países. No Brasil a principal fonte de recursos eram as “poupanças compulsórias” como, por exemplo, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Programa de Integração Social (PIS), Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) (ARAÚJO, 2007).

Os bancos públicos podem tem sua atuação marcada nas seguintes formas: oferta de crédito em modalidades não atendidas pelos bancos privados e que propiciem o desenvolvimento; crédito ao desenvolvimento regional; atuação anticíclica, em momentos de menor liquidez do sistema de financiamentos privados (ARAÚJO *et alli*, 2010).

A presença de Bancos de Desenvolvimento em uma economia de desenvolvimento capitalista tardio, assim como o Brasil, assume caráter central na constituição dos elementos dinamizadores de uma economia capitalista. Isto se justifica pelos obstáculos para o investimento, principalmente aos de longa maturação, em economias de capitalismo incipiente. Constata-se que a formação de uma infra-estrutura apropriada à atração de investimentos dos setores mais importantes no processo industrial, capazes de impor uma maior dinâmica inter-setorial, são dependentes de ações governamentais que garantem sua execução. Assim:

Entre os obstáculos aos investimentos nos países mais pobres se destacam dois pontos fundamentais: risco alto e custo de capital elevado. O Estado intervém reduzindo o risco dos investimentos e o custo do capital, tornando-os mais condizentes com as taxas de retorno

esperadas, de tal modo que esses países possam competir com as economias avançadas na atração dos investimentos. Alternativamente, o próprio Estado assume os riscos e os custos de capital mais elevados, tornando a dianteira e a iniciativa dos empreendimentos industriais e comerciais. (Freitas, 2005, p.27)

No Brasil, o universo de instituições bancárias de desenvolvimento, em nível federal, contempla os seguintes bancos: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco da Amazônia (BASA), Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco do Brasil (BB). Notadamente este conjunto de instituições financeiras de desenvolvimento tem caráter estatal e podem ser utilizados como instrumentos de financiamento dos interesses do Estado.

### **3 FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO BNDES NO PERÍODO DESENVOLVIMENTISTA**

#### **3.1 A Década de 50: construção das bases para a industrialização pesada**

O Brasil apresentou uma formação tardia do capitalismo, fazendo parte da zona periférica do sistema capitalista mundial. Como resultado, tem-se uma lenta difusão o progresso técnico, assegurando ao país uma colocação subalterna na divisão internacional do trabalho. A superação desta situação só seria possível com a rápida difusão técnica, leia-se industrialização, segundo os primeiros estudos Cepalinos (CARDOSO DE MELLO, 1998).

Porém a trajetória apresentada pela economia brasileira evidenciou que a superação de um desenvolvimento tardio, também dependia da criação de condições capitalistas de acumulação. Ao estudar a bibliografia acerca da economia brasileira, se percebe a ausência de um padrão de acumulação que fosse capaz de atender as demandas de financiamento dos setores propulsores do capitalismo e capaz de criar a infra-estrutura requerida.

No período de industrialização restringida, 1933-1955, o setor não é capaz de evoluir de forma independente, mas já caminha neste sentido. Chama atenção, aqui, o fato de a indústria estar assentada em bases financeiras frágeis. A implantação de elos mais avançados da cadeia industrial demandava recursos abundantes, com prazos de retorno igualmente grandes. Havia a ausência de um padrão de financiamento, capaz de atender as necessidades de capital requeridas para um desenvolvimento industrial pleno.

No segundo Governo Vargas, 1951-1954, tentativas de endogenizar o centro de decisão foram rechaçadas. Isto se deve a principal debilidade da industrialização brasileira: a falta de um padrão endógeno de financiamento sustentado em um padrão de acumulação do capitalismo nacional. No âmbito da Comissão Mista Brasil Estados Unidos (CMBEU),

políticas de desenvolvimento para o Brasil eram organizadas. Dado o cunho independente e nacionalista buscado pelo governo GV, apenas US\$ 64 milhões de US\$ 500 milhões previstos para financiamento foram executados (AREND, 2009).

O período 1955-1961 é considerado como o início do processo de industrialização pesada no país. Como um todo, é marcado pelo avanço da indústria pesada e consolidação do pensamento industrializante. Tal avanço ocorre sustentado no seguinte tripé: i) Estado, com participação na indústria de base, infra-estrutura; ii) Empresa Multinacional, produzindo de bens de capital e bens de consumo durável; e iii) Empresa Nacional, voltada para produção de bens de consumo não durável, serviços e comércio. Convém mencionar que a Empresa Nacional seria atingida pelos transbordamentos decorrentes da industrialização pesada, como a indústria de autopeças que passou a fornecer para a indústria automotiva multinacional (LESSA, 1982).

É no bojo da ideologia desenvolvimentista-industrializante que o BNDE foi criado em 1952, através da Lei nº. 1.628, num contexto onde se processava o desenvolvimento da indústria pesada. O Banco

... nasceu da convicção de que o país não podia depender somente de recursos externos para avançar seu projeto de renovação da infra-estrutura rodoviária, energética, de portos, e assim melhor competir no mercado internacional. (BNDES, 2002,p.2)

Evidencia-se, no contexto de sua criação, a necessidade de criar uma instituição que possibilitasse o financiamento dos investimentos em infraestrutura e indústria de base. Estes, por sua vez, eram elementos chave para a constituição da indústria pesada no Brasil. Para a formação dos fundos iniciais, o BNDE recebeu recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Banco de Exportações e Importação dos Estados Unidos (EXIMBANK) (BNDES, 2009). Destaca-se que havia necessidade de um órgão que fornecesse empréstimos de longo prazo na economia brasileira.

Porém a necessidade de criar um Banco de Desenvolvimento remonta a períodos anteriores. Como apresentado por Martins (1985, p.85):

A necessidade de se realizar um amplo programa de investimentos de infra estrutura (o que então se chamava reaparelhamento econômico) já havia sido objeto de estudo do Plano SALTE e constituiu a conclusão básica da Comissão Mista Brasil Estados Unido.

Das negociações feitas no âmbito da CMBEU, resulta que deveria haver uma contrapartida ao investimento internacional de recursos internos. Conforme Martins (1983, p. 86), “... o novo organismo seria o *locus* de um novo tipo de ação administrativa e, simultaneamente, um pólo de poder”. Vê-se, portanto, a importância atribuída a criação do BNDES. Demonstra-se também que as preocupações não eram apenas de formar um simples repassador de recursos governamentais, mas formar um novo elemento de planejamento dentro das estruturas do Estado.

Um grupo de notáveis destaca-se nos estudos para a atuação do BNDE. Durante a década de 50, Roberto Campos estava nas Nações Unidas e buscou estabelecer relações de cooperação com a Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL). Esta já possuía experiências com bancos de desenvolvimento no Chile e México, além de ter estudos realizados sobre planejamento. Raúl Prebisch, Diretor da Cepal, sugere a criação do Grupo Misto Cepal-BNDE, que se constitui em 1953. Esta comissão era formada por técnicos do BNDE e da CEPAL, sob a presidência de Celso Furtado e teve seus trabalhos encerrados em 1957.

O Estado brasileiro, em 1952, passa a atuar no padrão de financiamento através de um Banco de Desenvolvimento, o BNDES. Dentro das especificidades da economia brasileira é de grande importância um órgão com a capacidade de financiar projetos que sejam essenciais para o desenvolvimento econômico do país. Isto em função da debilidade do sistema financeiro em promover financiamento de longo prazo a custos razoáveis.

O primeiro contrato de financiamento firmado com o BNDE foi o de modernização da Estrada de Ferro Central do Brasil, em 10 de novembro de 1952 (BNDES, 2009). Porém, como banco recém criado enfrentava problemas na formação dos seus recursos. Já em 1953 ocorre o rompimento com o Banco Mundial, em função de divergências entre as políticas nacionalistas de Getúlio Vargas. A compensação nos fundos foi realizada com moeda nacional. Além disto, o governo aprova no congresso a prorrogação de mecanismos de arrecadação, tais como: Fundo Federal de Eletrificação (Lei 2.308, de 1954); Fundo da Rede Ferroviária Nacional (Decreto 37.686, de 1955); Fundo Nacional de Pavimentação e Fundo Especial para Substituição de Ramais Ferroviários Deficitários (Lei 2.698, de 1955). Também é aprovada a criação do Imposto Único sobre Energia Elétrica (BNDES, 2002).

Tais ações foram tomadas para garantir a continuidade dos reembolsos do Banco, que diante de sua incipiência necessitava de mecanismos que garantissem a continuidade da sustentação de suas atividades.

Dos trabalhos realizados pela Comissão Mista Brasil – Estados Unidos (CMBEU), concluiu-se que os maiores gargalos para o desenvolvimento estavam na deficiência de transporte e energia elétrica. O primeiro era essencial ao escoamento das mercadorias produzidas pela indústria, enquanto que o segundo é insumo básico para a produção industrial. Diante disso, os principais desembolsos do BNDE durante a década de 50 concentraram-se nestes setores (BNDES, 2002).

Monteiro Filha (1994, p. 419-420), destaca que durante o período 1952-1956 o banco “esteve voltado ao financiamento de projetos com a ampliação dos sistemas de transportes, principalmente os de remodelação de ferrovias, e de eletrificação, aprovados pela CMBEU”. Dada a importância destes setores para o desenvolvimento industrial brasileiro, o BNDE os priorizou e, portanto, grande parte dos desembolsos neste período foram direcionados nesse sentido.

Ainda na década de 50, mais precisamente em 1957, é lançado por Juscelino Kubitschek o Plano de Metas. O BNDE é fundamental para a execução do plano, com investimentos concentrados em energia elétrica. Estes representavam quase metade dos desembolsos do banco, sendo em 1957 o maior investimento do banco destinado à implantação da usina de Três Marias (BNDES, 2002).

Neste período, a economia mundial encontrava-se em fase de expansão e liquidez internacional. Favorecido por este processo o país pode ter acesso a linhas de créditos internacionais, assim como recebe investimentos externos produtivos, que seriam fundamentais para o processo de industrialização (TEIXEIRA, 1983 e AREND, 2009). É neste período que se concretiza a ideologia industrializante, iniciada nos primeiros anos de getulismo e completada com Juscelino Kubitschek, consolidando a indústria como locomotiva da economia brasileira. Nesta corrente seguem-se os projetos dos governos futuros, buscando a industrialização e sendo esta um sinônimo de desenvolvimento econômico (BIELSCHOWSKY, 1992).

Porém, em 1956 o Banco passou a fornecer recursos para outros setores como o de indústria de base, não mais focando apenas em energia elétrica e transportes. Na Tabela 1, estão os percentuais de recursos destinados por setor, em moeda nacional. Como observado, fica evidente que as operações financiadas pelo BNDE estão divididas em dois períodos, durante a década de 50: i) entre 1952-1955 foco em infraestrutura (transportes e energia elétrica) e; ii) entre 1956-1960 crescem substancialmente os recursos destinados a insumos básicos e equipamentos.

**Tabela 1 - Aprovações de financiamento segundo os ramos e gêneros de atividades nos períodos 1953/55 e 1956/60, pelo sistema BNDES - valores anuais médios em Cr\$ bilhões de 1991.**

Ramos e Gêneros/Anos	1953/1955	%	1956/1960	%
<b>Insumos Básicos</b>	<b>12</b>	<b>7</b>	<b>177</b>	<b>41</b>
Mineração				
Siderurgia	3	2	99	23
Metalurgia	1	1	8	2
Químicos e Fertilizantes	7	3	39	9
Celulose e Papel	1	1	6	1
Produtos de Minerais não metálicos			25	6
<b>Equipamentos</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>28</b>	<b>7</b>
Mecânico Elétrico	1	1	6	1
Material de Transporte	4	2	22	5
<b>Outras indústrias</b>				
Têxtil e Calçados				
Produtos Alimentares				
Outros				
<b>Infraestrutura</b>	<b>170</b>	<b>88</b>	<b>215</b>	<b>50</b>
Energia Elétrica	53	28	130	30
Ferrovias	113	58	82	19
Rodovias				
Hidrovias	4	2	3	1
Outros Setores				
<b>Outras Atividades</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>10</b>	<b>2</b>
Ensino Pesquisa e Desc. Técnico				
Distribuição	3	2	10	2
Outros	2	1		
<b>Total</b>	<b>192</b>	<b>100</b>	<b>430</b>	<b>100</b>

Fonte: BNDES (1992c) apud Currello, 1998.

**Tabela 2 - Aprovações de financiamento do sistema BNDES por setor-1952/59.**

Ano	Setor Público em %	Setor Privado em %
1952	100,0	-
1953	89,0	11,0
1954	90,4	9,6
1955	77,1	22,9
1956	95,3	4,7
1957	78,8	21,2
1958	86,6	13,4
1959	70,0	30,0

Fonte: Najberg, 1989, p.353.

No curso do desenvolvimento dos anos 50 o processo de industrialização brasileiro, contou com financiamento do BNDE, cujas aprovações eram destinadas majoritariamente para o setor público, com 100% das aprovações para o setor público em 1952 e 70% em 1959, como observado na Tabela 2.

### 3.2 A década de 60: apoio a diversificação industrial

No início da década de 1960 o país já contava com as bases adequadas ao desenvolvimento industrial pesado, ou seja, as condições de transporte e energia elétrica foram asseguradas durante o decênio anterior. Estas, em grande medida financiados por recursos do BNDE.

A década é marcada pelo golpe militar de 1964 e por mudanças nas esferas políticas e econômicas. Assim, o BNDE também passa por mudanças, como a troca de controle que até então era realizado pelo Ministério da Fazenda, passando para o Ministério do Planejamento. Além disso, o Banco deixa de exercer controle sobre um conjunto de áreas importantes, dado a criação de novas empresas públicas. Estas passam a administrar, planejar e executar os projetos, deixando o Banco livre para financiar outros setores (BNDES, 2002).

Conforme destaca Monteiro Filha (1994, p.420):

Com o fim dos grandes projetos de indústrias básicas (siderurgia) e tendo sido criadas as *holdings* Eletrobrás e RFFSA, o Banco passou a ter maior disponibilidade de recursos para incentivar a implantação de indústrias em outros setores, levando assim a ciclos de investimentos setoriais, que se distribuam por diversas áreas da economia. Os planos de desenvolvimento seguintes indicavam, então, maior gama de setores para os quais deveriam ser estabelecidas políticas governamentais e que deveriam contar com o apoio do BNDES, que passou a atuar através de um número maior de programas de apoio financeiro, no período de diversificação (1964/73).

É na década de 60 que são criados fundos destinados a atender segmentos específicos, tais como: o Fundo de Financiamento para a Aquisição de Máquinas e Equipamentos (Finame, 1964), Programa de Financiamento de às Pequenas e Médias Empresas (Fipeme, 1965), Fundo Agroindustrial de Reversão (Funar, 1965), Fundo de Desenvolvimento Técnico e Científico (Funtec, 1966) e Fundo de Desenvolvimento da Produtividade (Fundepro, 1967) (BNDES, 2002).

O Finame foi criado, como instituição vinculada ao BNDE, com o objetivo de aumentar a competitividade da maquinaria e também aumentar a competitividade do equipamento nacional (BONELI e FAÇANHA, 1978, p.354). Para incentivar a produção de equipamentos internamente era exigido que parte dos componentes usados fossem de origem nacional. Criava-se uma forma de proteger e incentivar a produção nacional. Além da produção interna de equipamentos, o BNDE financiava a exportação de máquinas e equipamentos nacionais.

A criação do Funtec, por sua vez, objetivava a capacitação de técnica, dando impulso à pós-graduação no Brasil. Desta forma, alguns cursos recebiam auxílio, tais como Engenharia Química (UFRJ) e Engenharia Mecânica (PUC-RJ). Era diagnóstico que havia a necessidade

de formação de quadros técnicos para o processo de industrialização. As pequenas e médias empresas também receberam atenção do BNDE, através do Fipeme. Este fundo tinha como objetivo a concessão de crédito a pequenas e médias empresas, que representavam grande potencial de geração de empregos. O atendimento era feito com o apoio de outras redes bancárias, o que viabilizou uma maior abrangência do fundo. O Funar, por sua vez, era responsável por administrar os recursos da Lei do Estatuto da Terra, visando financiamento de projetos para o desenvolvimento agropecuário e agroindustrial. Por fim, o Fundepro foi criado como apoio a produção em geral e com objetivo de reorganização produtiva e comercial (BNDES, 2002).

Cabe destacar neste período a participação dos Bancos públicos Banco do Brasil e BNDE como agentes de financiamento. O objetivo era claramente atender aos requisitos de financiamento das Empresas Multinacionais e também Nacional. É neste momento, também, que o país apresenta os maiores avanços no que diz respeito ao processo de industrialização, chegando às portas de completar matriz produtiva o modelo fordista de produção (TAVARES E BELUZZO, 1998; LAGO, 1990).

**Tabela 3 - Aprovações de financiamento segundo os ramos e gêneros de atividades nos períodos 1961/64 e 1965/67, pelo sistema BNDES - valores anuais médios em Cr\$ bilhões de 1991.**

Ramos e Gêneros/Anos	1961/1964	%	1965/1967	%
<b>Insumos Básicos</b>	<b>216</b>	<b>61</b>	<b>519</b>	<b>61</b>
Mineração				0
Siderurgia	195	55	426	49
Metalurgia	4	1	14	2
Químicos e Fertilizantes	17	5	60	7
Celulose e Papel			13	2
Produtos de Minerais não metálicos			6	1
<b>Equipamentos</b>	<b>12</b>	<b>4</b>	<b>90</b>	<b>11</b>
Mecânico Elétrico	2	1	50	6
Material de Transporte	10	3	41	5
<b>Outras indústrias</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>89</b>	<b>10</b>
Têxtil e Calçados			20	2
Produtos Alimentares	2	1	26	3
Outros	1	0	43	5
<b>Infraestrutura</b>	<b>111</b>	<b>32</b>	<b>117</b>	<b>14</b>
Energia Elétrica	109	31	115	14
Ferrovias	2	1		0
Rodovias				
Hidrovias			2	0
Outros Setores				
<b>Outras Atividades</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>30</b>	<b>4</b>
Ensino Pesquisa e Desc. Técnico			29	3
Distribuição	7	2	1	1
Outros				
<b>Total</b>	<b>349</b>	<b>100</b>	<b>845</b>	<b>100</b>

Fonte: BNDES (1992c) apud Currello, 1998.

Na Tabela 3, estão as aprovações de financiamento do BNDE para os períodos 1961-1964 e 1965-1967. Observa-se que o ramo de insumos básicos passa a ser predominante em ambos os períodos. O setor de infraestrutura representou 32% das aprovações no período 1961-1964, porém com perda de participação relativa no período seguinte. Destaca-se que esta perda é relativa, uma vez que o montante de recursos se eleva. Ganham destaque, no período 1965-1967 os ramos de Equipamentos e Outras indústrias.

A década de 60 apresenta, também, outra mudança na atuação do BNDE. É neste período que o total de aprovações de financiamento passa a ser maior para o setor privado, como observado na Tabela 4. No início da década, 1960, 91,8% dos financiamentos eram para o setor público. Enquanto que em 1969, 59,9% das aprovações de financiamento eram para o setor privado.

**Tabela 4 - Aprovações de financiamento do sistema BNDES, por setor-1960/69.**

Ano	Setor Público em %	Setor Privado em %
1960	91,8	8,2
1961	90,5	9,5
1962	95,6	4,4
1963	91,0	9,0
1964	94,2	5,8
1965	67,4	32,6
1966	58,1	41,9
1967	65,5	34,5
1968	45,8	54,2
1969	40,1	59,9

Fonte: Najberg, 1989, p.353.

Portanto, na década de 60 uma atuação voltada para insumos básicos, diferente do que ocorria na década de fundação do banco, onde sua atuação estava voltada para a geração de infraestrutura básica. O BNDE, ao longo das décadas, vem colaborando com a construção dos elementos necessários para o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil.

### **3.3. A década de 70: o milagre econômico**

A década de 70 é marcada por compreender uma parte do que foi chamado de “milagre econômico” no Brasil. Neste período, que se inicia em 1967 e perdura até 1973, o país cresceu com taxas a dois dígitos. Porém, também neste decênio ocorrem os dois choques do petróleo, em 1973 e 1979. Estes conforme Batista (2002, p.10) “... encontrou a economia brasileira operando a plena capacidade e já revelando sinais de superaquecimento em vários setores.”

Uma alternativa ao momento crítico que se avistava na economia brasileira foi o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND – 1974/1978). O objetivo do plano era o de manter o volume de investimentos na economia e, assim, preservar as taxas de crescimento. Conforme Batista (2002, p. 10 e 11)

Esta decisão claramente implicava ampliar os já expressivos déficits em conta corrente do balanço de pagamentos no curto e médio prazos e, conseqüentemente, supunha condições internacionais favoráveis ao seu financiamento. Além disto, o II PND enfatizava a necessidade de alterar a estrutura da economia, de forma a ampliar a capacidade de produzir bens comercializáveis (*tradeables*), expandindo as exportações e substituindo importações. Portanto, o II PND estabelecia uma estratégia de crescimento com endividamento, que buscava distribuir o ajuste externo ao longo do tempo.

Para atender os objetivos do II PND, que se concentravam em substituir importações, aumentar as exportações e ampliar o mercado interno consumidor, o governo contava com o apoio do BNDE. Neste sentido, “... o BNDE voltou a concentrar recursos, principalmente em insumos básicos e bens de capital” (MONTEIRO FILHA, 1994, p.420). Nota-se a adequação das aprovações do banco no sentido de manter o ritmo de crescimento, quando também passa a contar com recursos do PIS/PASEP. Há, portanto, uma atuação como financiador de longo prazo na economia, por parte do BNDE.

Em depoimento ao livro “**BNDES 50 anos de desenvolvimento**” (2002 p. 21), João Paulo dos Reis Velloso - Coordenador do Fórum Nacional, presidente do Instituto de Mercado de Capitais (IBMEC), ministro do Planejamento (1969-79):

...o BNDES passou a ser o Banco da empresa privada nacional. Até então, isto é, de 1969 a 1973, ele tinha realizado uma grande atividade de modernização e reorganização industrial, em especial nos segmentos tradicionais – aqueles que pudessem passar a exportar -, além de ter efetivado um programa novo, o Finame. Na época do II PND, fomos muito mais ambiciosos, porque o presidente Geisel transferiu para o BNDES a gestão do PIS- Pasep. Com isso o Banco ganhou recursos muito mais estáveis e uma nova dimensão e passou a ser um dos grandes bancos de desenvolvimento do mundo.

Além do financiamento através da concessão de empréstimos, o BNDE também passa a incentivar o mercado de capitais. Em 1976 é criado o Fundo de Estimulo ao Desenvolvimento do Mercado de Capitais (Procap). O objetivo era a oferta de financiamentos para subscrições de ações, desta forma o banco poderia incentivar setores estratégicos aos objetivos de crescimento. Outro programa executado durante a década de 70 foi o de desestatização de empresas que estavam sob controle acionário do banco.

Na tabela 5 observam-se as aprovações do BNDE por ramo e gênero de atividade para os períodos 1970-1973 e 1974-1979. O setor de insumos básicos recebeu os maiores aportes

de recursos com 36% e 48% para os períodos de 1970-1973 e 1974-1979 respectivamente. Observa-se que o aumento deste valor vai de encontro com o que já havia sido descrito: há uma forte concentração no setor de insumos básicos. Além deste, a área de infraestrutura também recebeu parcela significativa dos investimentos com 24% e 30% respectivamente para os dois subperíodos mencionados. Outro fato significativo e que merece destaque é o salto dos valores monetários das aprovações por parte do BNDE. Os valores totais no período 1974-1979 – onde se encontra o II PND – aumentam em mais de cinco vezes (em valores para 1991).

**Tabela 5 - Aprovações de financiamento segundo os ramos e gêneros de atividades nos períodos 1970/73 e 1974/79, pelo sistema BNDES - valores anuais médios em Cr\$ bilhões de 1991.**

<b>Ramos e Gêneros/Anos</b>	<b>1970/1973</b>	<b>%</b>	<b>1974/1979</b>	<b>%</b>
<b>Insumos Básicos</b>	<b>653</b>	<b>36</b>	<b>4.560</b>	<b>48</b>
Mineração	17	1	168	2
Siderurgia	164	9	2.040	22
Metalurgia	115	6	462	5
Químicos e Fertilizantes	171	9	999	10
Celulose e Papel	100	5	515	5
Produtos de Minerais não metálicos	86	5	377	4
<b>Equipamentos</b>	<b>158</b>	<b>9</b>	<b>636</b>	<b>7</b>
Mecânico Elétrico	74	4	482	5
Material de Transporte	84	5	155	2
<b>Outras indústrias</b>	<b>423</b>	<b>23</b>	<b>1.068</b>	<b>11</b>
Têxtil e Calçados	95	5	234	2
Produtos Alimentares	105	6	342	4
Outros	224	12	493	5
<b>Infraestrutura</b>	<b>443</b>	<b>24</b>	<b>2.881</b>	<b>30</b>
Energia Elétrica	66	4	1.383	14
Ferrovias	120	7	803	8
Rodovias	147	8	202	2
Hidrovias	43	2	107	1
Outros Setores	68	4	387	4
<b>Outras Atividades</b>	<b>151</b>	<b>8</b>	<b>410</b>	<b>4</b>
Ensino Pesquisa e Desc. Técnico	57	3	27	0
Distribuição	68	4	161	2
Outros	26	1	223	2
<b>Total</b>	<b>1.828</b>	<b>100</b>	<b>9.555</b>	<b>100</b>

Fonte: BNDES (1992c) apud Currello, 1998.

A década de 70 consolida uma tendência iniciada em finais da década anterior: a maior participação do setor privado no total de aprovações de financiamento do BNDE, como observa-se na Tabela 6. Em 1970, 65.4% das aprovações já eram concedidas ao setor privado. Ao fim da década este percentual já chega a 83%. Portanto uma inversão total, quando comparado as aprovações concedidas no início de suas operações.

**Tabela 6 - Aprovações do financiamento do sistema BNDES, por setor-1970/79.**

<b>Ano</b>	<b>Setor Público em %</b>	<b>Setor Privado em %</b>
1970	34,6	65,4
1971	34,0	66,0
1972	21,8	78,2
1973	24,2	75,8
1974	33,5	66,5
1975	22,6	77,4
1976	18,9	81,1
1977	20,8	79,2
1978	13,0	87,0
1979	17,0	83,0

Fonte: Najberg, 1989, p. 353.

### **3.4 A década de 80: “década perdida” e responsabilidade social**

É na década de 80 que o até então BNDE, passa a se chamar BNDES, incorporando o “S” de social em sua nomenclatura. Como já destacado, a década de 80 é marcada pela crise do Estado desenvolvimentista no Brasil. São fatos característicos deste período o baixo crescimento, alta inflação, aumento da dívida pública. Também é na década de 80 que se rompe o longo ciclo de desenvolvimento da infraestrutura produtiva brasileira, encerrando o período desenvolvimentista no Brasil.

Como se sabe - em Bancos de Desenvolvimento – parte significativa dos fundos do BNDES eram de origem oficial. Sendo que o Estado entra em crise durante a década de 80, as fontes de receita do banco também são afetadas, principalmente pela queda de arrecadação do PIS/PASEP. Reduz-se, portanto, a capacidade de financiamento de projetos por parte do BNDES (BNDES, 2002).

No que diz respeito aos capitais bancários, estes se aproveitavam do cenário e passam a ter lucros derivados da inflação. Esta “concorrência” encurta os horizontes de financiamento, além não permitir a formulação de políticas de investimento de longo prazo (BARKER, 1990, p. 134).

Porém, no início da década de 80, as aprovações se mantêm. É o que se observa na Tabela 7. Apesar da manutenção em patamares elevados após o grande salto do período 1974-1979, não há mais um crescimento acelerado do volume de recursos aprovados nos dois primeiros anos do decênio, ocorrendo até uma pequena queda no ano de 1980. Observa-se um padrão semelhante ao da década anterior quanto as aprovações realizadas: há uma ênfase nos ramos de insumos básicos e infraestrutura.

**Tabela 7 - Aprovações de financiamento segundo os ramos e gêneros de atividades nos períodos 1980 e 1981, pelo sistema BNDES - valores anuais médios em Cr\$ bilhões de 1991.**

<b>Ramos e Gêneros/Anos</b>	<b>1980</b>	<b>%</b>	<b>1981</b>	<b>%</b>
<b>Insumos Básicos</b>	<b>3.180</b>	<b>34,1</b>	<b>4.527</b>	<b>43,5</b>
Mineração	158	1,7	422	4,1
Siderurgia	1.539	16,5	2.315	22,2
Metalurgia	540	5,8	1.165	11,2
Químicos e Fertilizantes	390	4,2	249	2,4
Celulose e Papel	267	2,9	204	2,0
Produtos de Minerais não metálicos	286	3,1	172	1,7
<b>Equipamentos</b>	<b>323</b>	<b>3,5</b>	<b>185</b>	<b>1,8</b>
Mecânico Elétrico	246	2,6	166	1,6
Material de Transporte	77	0,8	19	0,2
<b>Outras indústrias</b>	<b>1.182</b>	<b>12,7</b>	<b>1.062</b>	<b>10,2</b>
Têxtil e Calçados	179	1,9	82	0,8
Produtos Alimentares	221	2,4	89	0,9
Outros	782	8,4	891	8,6
<b>Infraestrutura</b>	<b>4.310</b>	<b>46,2</b>	<b>3.961</b>	<b>38,0</b>
Energia Elétrica	2.996	32,1	2.219	21,3
Ferrovias	586	6,3	1.597	15,3
Rodovias	312	3,3	118	1,1
Hidrovias	68	0,7	11	0,1
Outros Setores	348	3,7	16	0,2
<b>Outras Atividades</b>	<b>342</b>	<b>3,7</b>	<b>683</b>	<b>6,6</b>
Ensino Pesquisa e Desc. Técnico	2	0,0	6	0,1
Distribuição	109	1,2	13	0,1
Outros	231	2,5	664	6,4
<b>Total</b>	<b>9.337</b>	<b>100,0</b>	<b>10.418</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNDES (1992c) apud Currello, 1998.

Dado as restrições externas, associadas a necessidade de geração de divisas para a cobertura do serviço da dívida externa, o BNDES passa a apoiar empresas brasileiras na competição por mercados externos. O aumento das exportações ajudaria a equilibrar o balanço de pagamentos. A estrutura industrial é marcada pelo descompasso e pela ociosidade em alguns setores, sendo que o “drive” exportador passa a ser uma alternativa aos setores ociosos e também uma solução para os problemas de balança de pagamentos. Quanto a observação da balança de pagamentos, constata-se que o Brasil passa de receptor líquido de capital a exportador de capital, através do pagamento de juros e amortizações da dívida. Isto quando não interrompido pela moratória (CARNEIRO, 1992).

Em 1982, ano em que passa a se chamar BNDES, é criado o Fundo de Investimento Social (Finsocial). Este fundo tinha como objetivo apoiar programas de alimentação, educação, habitação popular, saúde e amparo ao pequeno agricultor. Vislumbra-se uma tentativa de amenizar a desigualdade social, que crescia durante a década de estagnação. Além do Finsocial, também foi criado na década de 80 o Programa de Conservação do Meio-ambiente (Conserve), com fins de controle da poluição em áreas urbanas, industriais e rurais (BNDES, 2002).

Uma importante alteração é realizada no que se refere aos fundos de recursos do BNDES. O Fundo de Amparo ao Trabalhador, constituído com recursos do PIS/PASEP passa a ser uma das fontes de recursos oficiais do BNDES. Neste sentido, 40% da arrecadação do fundo destinavam-se as aplicações do banco.

Também na década de 80 o BNDES inicia o processo de privatização de empresas que estavam sob seu controle. Uma comissão interna do banco identificou 140 empresas passíveis de privatização, sendo que 50 delas eram consideradas prontas para a privatização (BNDES, 2002)

Nildemar Seches, Engenheiro, funcionário (1973-90) e diretor do BNDES (1987/90), em depoimento ao livro “**BNDES 50 anos de desenvolvimento**” (2002 p. 29), afirma que:

Constatou-se então que o BNDES despendia muita energia em recursos financeiros e humanos com as empresas das quais tinha o controle acionário. Um dos principais aspectos apontados pelo documento indicava a urgente necessidade de devolvermos todas essas empresas à iniciativa privada através de um programa de privatização, o que efetivamente ocorreu na segunda metade dos anos 80. O sucesso dessas vendas deu ao BNDES a experiência necessária para sua atuação como gestor do Programa Nacional de Desestatização que viria a ser criado pelo Governo Federal no início da década de 90.

Como observado, a experiência adquirida durante os processos de privatizações da década de 80 foi de fundamental importância para que o BNDES se tornasse o gestor das privatizações durante a década de 90.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho buscou ressaltar a importância do investimento para o desenvolvimento econômico e como se dá este processo em economias de capitalismo tardio como o Brasil, ou subdesenvolvidos como apresenta Kalecki. Porém como exposto, em uma economia, nem sempre existem as condições necessárias para o investimento do setor privado na economia. Diante deste fato o Estado passa a atuar através de Bancos de Desenvolvimento para a promoção de financiamentos dos investimentos em níveis satisfatórios.

O Brasil enquadra-se neste perfil, uma vez que apresenta uma formação capitalista tardia. Como consequência deste fato tem-se uma má formação do sistema de financiamento, resultando no não desenvolvimento das forças capitalistas. Assim, é no bojo da superação dos problemas internos que o Estado brasileiro desenvolvimentista cria o BNDE em 1952.

Considerando essas quatro décadas de existência do Banco, pode-se dizer que na década de 50, período de sua criação, o Banco esteve voltado para a infraestrutura, principalmente

energia elétrica e transportes, que eram considerados os gargalos que atrasavam o desenvolvimento econômico. Na década seguinte, período de 60, o Banco começou a diversificar seus financiamentos para outros setores. Os insumos básicos (siderurgia, metalurgia, químicos e fertilizantes, celulose e papel, produtos minerais não metálicos) são os que tiveram mais investimentos, no decênio após a fundação do BNDE.

Na década de 70, percebe-se uma inversão dos investimentos, que passam a serem maiores no setor privado, quando até então as aprovações eram majoritariamente para o setor público. Esta inversão começou na década de 60, precisamente no ano de 1968 em que pela primeira vez os investimentos para o setor privado são maiores que os investimentos para o setor público. O ramo de insumos básicos foi o que mais recebeu investimentos, principalmente siderurgia, químicos e fertilizantes.

Na “década perdida”, 1980, em que o crescimento diminuiu e a desigualdade social aumentou, o BNDES inclui em seu nome o ‘S’ de social e a partir de 1982 passa a se chamar BNDES e não mais BNDES. Esta inclusão significava que o banco passaria a se envolver em projetos sociais. É nesse período que começam as primeiras privatizações, embora na década de 70 já tivessem ocorrido algumas desestatizações, porém pouco significativas.

Enfim pode-se dizer que o BNDES como aparelho do Estado, fez uma política ativa e desempenhou adequadamente o seu papel de financiador a longo prazo dentro deste período analisado. Como visto, o BNDES é criado em um ambiente onde impera o discurso desenvolvimentista, que por sua vez atribui grande importância ao desenvolvimento industrial. Assim, o banco passa a financiar o desenvolvimento de condições de financiamento dos setores chave a indústria local, tal como insumos básicos e infra-estrutura.

Outro ponto observado é que a atuação do BNDES está sujeita a orientação política do Estado, através do governo que está no poder. Portanto, compreende-se que o BNDES executa papel importante como elemento do sistema de financiamento do desenvolvimento econômico no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Victor Leonardo Figueiredo Carvalho de. **Revisitando o Desenvolvimentismo Brasileiro: o BNDE e Financiamento de Longo Prazo - 1952-1964**. 2007. 197 f. Tese (Doutorado) - UFF, Niterói, 2007.

ARAÚJO, Victor Leonardo de. **Padrão de Atuação das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFD's) Brasileiras: Balanços e Perspectivas**. Acordo de cooperação técnica IPEA/ABDE nº 010/2010.

AREND, M. **50 anos de industrialização do Brasil (1955-2005): uma análise evolucionária**. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pósgraduação em Economia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. 251 p.

BAER, Mônica. **O desajuste Financeiro e as Dificuldades de Financiamento do Setor Público Brasileiro nos anos 80**. 206 f. Tese (Doutorado) - UNICAMP, Campinas, 1993.

BARKER, Wendy. **Os Bancos, a indústria e o Estado no Brasil**. Revista de Economia Política(REP). Vol. 10, nº 2, Abr-Jun – 1990. São Paulo.

BATISTA, Jorge Chami. O BNDES e o desenvolvimento brasileiro. In: **SEMINÁRIO ESPECIAL 50 ANOS DE DESENVOLVIMENTO**, 1. 2002, Rio de Janeiro. Seminário. Rio de Janeiro: Inae - Instituto Nacional de Altos Estudos, 2002. p. 1 - 30. Disponível em: <[www.forumnacional.org.br/trf\\_arq.php?cod=EP00390](http://www.forumnacional.org.br/trf_arq.php?cod=EP00390)>. Acesso em: 30 set. 2009.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. RJ: IPEA – INPES, 1982.

BONELLI, Regis; FAÇANHA, Luiz Otavio. Indústria de Bens de Capital no Brasil: Desenvolvimento, Problemas e Perspectivas. In: SUZIGAN, Wilson (Org.). **Indústria: Política, Instituições e Desenvolvimento**. 28. ed. Rio de Janeiro: Ipea/inpes, 1978. Cap. 8, p. 309-370. (Monografias).

BNDES. **BNDES 50 anos de desenvolvimento**. 2002. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Publicacoes/Paginas/livro\\_bndes50anos.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Paginas/livro_bndes50anos.html)>. Acesso em: 03 nov. 2010.

\_\_\_\_\_. (BNDES) Disponível em <<http://www.bndes.gov.br/>> acesso em 25 de maio 2009.

CARDOSO DE MELLO, J. M. **O capitalismo tardio**. SP: Brasiliense, 10ª. Ed., 1998, 150 p.

CARNEIRO, Ricardo. . **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo (SP): Editora UNESP, 2002. 423p.

CURRALERO, Cláudia. **A atuação do Sistema BNDES como instituição financeira de fomento no período 1952-1996**. 176f. Dissertação (Mestrado) - UNICAMP, Campinas, 1998.

FERREIRA, Carlos K. L. **O Financiamento a Indústria e Infra-Estrutura no Brasil: Crédito de Longo Prazo e Mercado de Capitais**. 285 f. Tese (Doutorado) – UNICAMP, Campinas, 1995.

FREITAS, Carlos Eduardo de. A experiência brasileira com instituições financeiras de desenvolvimento. In: **Financiamento Del Dessarrollo**. N.155. Projeto Cepal/BID: “El reto de acelerar El crecimiento em América Latina y el Caribe. Santiago de Chile, Nov 2005.

KALECKI, Michal. **Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas**. São Paulo: Hucitec, 1983.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e o Dinheiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os economistas).

LAGO, L. A. C. **A retomada do crescimento e as distorções do milagre 1967 – 1973**. In: ABREU, M. P. **A ordem do progresso – cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. RJ; Campus, 13ª. Ed. p. 233 – 294.

LESSA, C. **Quinze anos de política econômica**. SP: Brasiliense, 1982.

MARTINS, Luciano. **Estado Capitalista e Burocracia no Brasil pós 64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa. **O BNDES e seus critérios de financiamento industrial: 1952 a 1989**. 1994. 430 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Instituto de Economia Industrial-UFRJ, Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro\\_ideias/livro-17.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_ideias/livro-17.pdf)>. Acesso em: 01 out. 2009.

NAJBERG, Sheila. **Transformação do sistema BNDES em financiador do setor privado nacional**. 1989. 354 f. Dissertação (Mestrado) - PUC, Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro\\_ideias/livro-13.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_ideias/livro-13.pdf)>. Acesso em: 29 set. 2009.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 169 p. (Os economistas).

TAVARES, Maria da Conceicao . **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 263p.

TAVARES, M. C.; BELLUZZO, L. G. **Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil**. In: BELLUZZO, L. G. e COUTINHO, R. (org.) **Desenvolvimento capitalista no Brasil - ensaios sobre a crise**. Volume I. SP: Brasiliense, 4ª. Ed., 1998, p. 138 – 160.

TEIXEIRA, A. **O movimento da industrialização nas economias capitalistas centrais no pós-guerra**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pósgraduação em Economia – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983, 248 p.